

XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – Campus de João Pessoa - PB

27 de julho a 01 de agosto de 2003

**O PAPEL DA IMPRENSA NA REPRESSÃO AOS
INTEGRALISTAS EM PERNAMBUCO NO ESTADO NOVO**

Prof.^a Dr.^a Giselda Brito Silva (UNICAP-2003)

gibrs@uol.com.br

Neste trabalho estaremos interessados em destacar o papel da imprensa na repressão aos integralistas em Pernambuco, durante o Estado Novo. Antes de expor dados argumentativos sobre essa posição, é preciso lembrar que estamos falando de um período de censura à imprensa. Neste contexto, temos o *Jornal Pequeno* atuando no cotidiano da sociedade pernambucana nos anos 30. No período de 1932 a 1937, este jornal serviu de veículo de propaganda da ideologia integralista, notificando pensamentos de seus defensores e simpatizantes, doutrina, programação e servindo de comunicação entre seus membros. Publicava as críticas contra a liberal democracia produzida principalmente pelos integralistas e seus defensores, bem como artigos que se colocavam ao lado da proposta de um Estado forte contida no programa integralista:

A origem dos erros e de todos os males de nossa vida republicana não foi a forma presidencialista. [...] para além da forma e dos homens existiu uma causa mais longínqua e mais profunda. Foi o espírito que a formou [...] foi o espírito individualista, rousseauneano, liberal, provocador de todas as revoluções burguesas e que talvez nos irá levar inconsciente e delirante até a revolução marxista [...] penso que só um regimen forte sera capaz de dominar a demagogia, o revolucionarismo, a desordem, a indisciplina latentes no nosso povo não quer dizer que eu tenha uma concepção militarista de autoridade, nem desejo uma dictadura [...] nenhuma força deve prevalecer sobre os valores moraes e espirituais.¹

Esta era, principalmente, a postura dos integralistas, que propagavam a proteção dos valores tradicionais com um programa de Estado forte, disciplinado, capaz de conter a desordem causada pela liberal democracia. Sendo esta apontada como a causa da ascensão das idéias comunistas no Brasil, temida por muitos que aderiram ao integralismo. Alguns de seus artigos eram, declaradamente, a expressão do interdiscurso com os discursos integralistas. Apresentando-os como um movimento de idéias coerentes com o momento histórico:

[...] um profundo movimento de idéas (sic), debaixo de um sentido unico de disciplina. E em torno de sua trilogia de ordem, hierarchia-disciplina, jamais afastar-se-á sob qualquer aspectto. A ela devem prestar obediência todos os seus filiados do mais humilde ao mais graduado [...].²

Nas questões de conflito com os inimigos, os integralistas também contavam com o *Jornal Pequeno* para divulgar sua versão sobre os fatos que envolviam os integralistas:

Tendo o Dr. Pedro Correia em entrevista ao matutino ‘O Estado’ edição de 10 do corrente, se declarado disposto a colaborar numa composição de forças políticas contra a actual situação pernambucana, esta chefia considerando que o gesto daquele senhor implica em atentado gravissimo às diretrizes de nosso movimento que neste ponto são clarissimas vedando aos camisas verdes se imiscuirem nas luctas políticas [...] tendo chegado a esta chefia que o Sr. Pedro se encontra suprezo com os termos da referida entrevista e no proposito de desmenti-la; considerando que até esta data ainda não o fez [...] não esclarecendo se esta com o Integralismo ou com os partidos da liberal-democracia, regime falido e que combatemos com firmeza, resolve eliminar o Dr. Pedro Correia de Oliveira de Andrade dos quadros da Ação Integralista Brasileira por desconhecimento absoluto das idéas e da rigida disciplina integralista [...] ³

Também o sucesso do movimento, o crescimento de suas fileiras e número dos novos adeptos, bem como a repercussão que o movimento vinha tendo na sociedade pernambucana eram publicadas pelo jornal, que não escondia sua posição de incentivo para novos adeptos ao movimento, quando expressava observar as “valiosas” adesões que ocorriam no movimento. As notas que se seguem não precisam de ser interpretadas pra mostrar a posição que o *Jornal Pequeno* como veículo de propaganda das idéias integralistas:

A Ação Integralista Brasileira...acaba de obter uma valiosa adesão (sic) com a inscrição em suas hostes do Dr. Abgar Soriano, professor da Faculdade de Direito e advogado de nota em nossos auditorios. Essa noticia tera por certo optima repercussão dado o conceito invejavel em que tem tido em nossos circulos sociais e forenses o brilhante advogado contrerrâneo [...] ⁴ A solenidade, hontem da posse do Chefe Provincial, bacharel Andrade Lima Filho:[...] um dos iniciadores e propagandistas mais evidente do Integralismo em nossa terra. [...] Abrindo a sessão o integralista Franklin Farias Neves, um dos membros da extinta ‘Comissão Coordenadora’...Em seguida sob prolongados aplausos, levanta-se o chefe provincial, depois de fazer um breve estudo do Integralismo em Pernambuco desde suas origens, faz uma ligeira exposição da sua viagem aos núcleos integralistas do país [...] Cessados os aplausos, o chefe provincial recebe o juramento dos novos inscriptos. Em seguida o ‘camisa-verde’ Pitagoras Dantas lê despertando grande entusiasmo no recinto, o manifesto do Chefe nacional aos pernambucanos. ⁵

Neste período, especialmente entre 1932 a 1937, são constantes os artigos dedicados à propaganda das idéias e movimento integralista. Diariamente se pode localizar notas fazendo referências ao sucesso do movimento nas principais cidades do interior do Estado e por todo o país. Esta postura, no entanto, muda completamente depois de 1937, quando este mesmo jornal passa a publicar notas contra o movimento integralista, agora colocado na ilegalidade pelo Decreto de 02 de dezembro de 1937, do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas. Não se pode, no entanto, perder de vista o novo momento, em que a Constituição de 1937, no Artigo 122, na seção de direitos e garantias individuais permitiu a manifestação do pensamento por escrito, mas instituiu a censura prévia não só para a imprensa, como também para o teatro, o cinema e o rádio, prevendo a intervenção para proibir material censurado, justificando a sua ação como forma de garantir a proteção dos interesses públicos, do bem-estar do povo e a segurança nacional. ⁶

De acordo com a nova lei, nenhum jornal poderia recusar a publicação de comunicados do governo. A divulgação das notícias era de responsabilidade do diretor do jornal, sujeito à pena de prisão, e a empresa, em caso de infração, teria pena pecuniária, com as máquinas e outros objetos

tipográficos servindo para pagar as multas, reparações ou indenizações por delito de imprensa.⁷ Pelo Decreto-lei nº. 1.949, de 30 de dezembro de 1939, o governo efetivou o lugar da imprensa no Estado Novo. Sob a fiscalização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo referido decreto, a imprensa tinha como função “contribuir para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional”, Ficou assim configurada a função da imprensa como elemento de construção nacional, oposta a qualquer função partidária, regional ou localista, isto é, dissolvente da unidade almejada pelo regime”.⁸

Neste contexto, o DIP, além de manter o olhar vigilante sobre as publicações da imprensa, tinha o poder de: “*decidir sobre a extensão e a forma das publicações periódicas somando-se a isso as normas estabelecidas quanto ao conteúdo dessas publicações.*”⁹ Nesse contexto, o *Jornal Pequeno*, que antes de 1937 foi muito utilizado como veículo de propaganda da doutrina integralista, transformou-se em *locus* de reprodução da nova formação discursiva veiculada pelo Estado para destruir a imagem dos integralistas após 1937, especialmente, após as tentativas de ataque ao governo em 1938.

O pós-1937 se constitui, então, num momento de mudanças para a imprensa brasileira, neste ela ocupa um lugar importante na propagação do regime e na sua manutenção. Néelson Jahr Garcia diz que a propaganda é sempre utilizada em momentos históricos definidos, entre homens reais, vivendo determinadas condições de existência. Dessa forma, ela não é superficial, por isso deve ser analisada fora das generalizações, porque se constitui de diversos componentes dentro de uma sociedade.¹⁰ Para o autor, uma das marcas mais importantes da propaganda é seu caráter intencionalmente persuasivo. Os que a realizam visam a induzir outros a se comportarem [e a pensarem] de uma determinada maneira, procurando impedi-los de agir de outra, de modo a lograr a consecução de seus objetivos.¹¹

Norman Fairclough também diz que a mídia seleciona, ordena e representa as informações, reduz a complexidade e a confusão de uma campanha a uma discussão ou a um combate com partes fixas, ataque seguido por contra-ataque, retratando como uma realidade que a mídia, simplesmente, teria a função de refletir, disfarçando, assim, os efeitos construtivos que a mídia exerce sobre a realidade. Para o autor, a mídia, ao se utilizar de metáforas, transmite à sociedade os valores que se quer assimilados com uma intensa força de reprodução.¹²

Com essa nova função, especialmente no combate à propaganda dos opositores, a imprensa passa a ter um papel muito importante na implantação e manutenção do regime. Maria Helena Capelato afirma que a propaganda política é uma estratégia muito utilizada no exercício do poder, tendo uma força maior naqueles em que o Estado exerce a censura rigorosa dos meios de comunicação, manipulando e bloqueando o que a sociedade deve ter conhecimento ou não.¹³

Esse papel da imprensa esteve muito forte no Estado Novo. Nesse período, a imprensa assumiu uma função pública, de modo a garantir uma comunicação direta do governo com o conjunto da sociedade. Segundo Dulce Pandolfi, o papel da imprensa, nesse período, passou a ser o de mediador na relação governantes e governados, sendo esse papel bastante utilizado por Agamenon Magalhães, que conduziu sua interventoria em Pernambuco dentro de um sistema de vigilância ostensiva, assessorada pela propaganda que enaltecia o Estado Novo e que atribuía à ação da polícia um caráter de universalização, ou seja, a propaganda procurava atribuir à população o interesse da ação contra os inimigos da nação.¹⁴

Tendo essa função da imprensa em foco, fica mais fácil compreender por que ela foi importante no Estado Novo, no qual servia não apenas para a construção da imagem de Getúlio Vargas e de seu regime, mas principalmente para destruição da imagem de Plínio Salgado e dos integralistas e de seu projeto de *Estado Integral*, que haviam despertado muitos interesses antes de 1937. A transformação da imagem do integralista, de defensor dos valores morais e culturais, representante dos ideais nacionalista com forte apelo religioso, que marcaram suas características no início dos anos 1930, para elemento perigoso e subversivo, sinaliza o fim da simpatia pelos integralistas em Pernambuco, e em todo o país, e reforça a imagem de Getúlio Vargas, como um grande líder nacional e sua proposta de governo estadonovista.

Depois do golpe de 1937, quando o Estado passou a investir com mais rigor na propaganda do novo regime e no combate à contra-propaganda do inimigo do Estado, o integralista passou a ser retratado como um elemento subversivo, que conspirava contra o regime e ameaçava a sociedade e a segurança nacional. As tentativas de ataque ao governo em março e maio de 1938 foram transformadas nos temas de maior destaque na imprensa da época. Diariamente, os jornais informavam à sociedade os detalhes da conspiração integralista, reproduzindo os discursos que fabricavam o medo em relação aos integralistas.

A localização de planos de conspiração em março de 1938 e o ataque armado de 11 de maio de 1938 foram propagados como ‘provas objetivas’ do perigo que os integralistas representavam para a sociedade brasileira. A partir delas, o Estado passou a legitimar os dispositivos policiais dentro da sociedade, à medida que eram convertidos em interesse da população e da segurança nacional. Depois de descobertos os planos de ataque, no dia 18 do mês de março, o governo lançou o Decreto-lei nº. 431, pelo qual estipulava penas contra sociedades atentatórias à segurança do Estado ou que visassem modificar ilegalmente a ordem política e social. Quando os crimes defendidos nesta lei fossem praticados pela imprensa, seriam apreendidas as respectivas edições; proibia-se, ainda, de acordo com o mesmo decreto, a impressão, a venda ou circulação de impressos feitos com esse intuito, estando previstas sanções.¹⁵

Com o fim da AIB, as notícias sobre os integralistas passam a ser veiculadas dentro de um discurso diferente. A mudança é, particularmente, flagrante após o dia 10 de março de 1938, quando o jornal passou a divulgar notas policiais ou telegramas fornecidos pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, sobre o perigo que eles representavam, utilizando-se dos mesmos conceitos e termos policiais para reproduzir as mensagens. Norman Fairclough diz que essa forma de noticiar discursos usando as mesmas palavras de outro em reportagens de jornais é um claro caso de *intertextualidade*. Pegando o conceito de Michel Foucault, para quem ‘*não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros*’ (1972:98), o autor explica que, na análise dos discursos na mudança social, a intertextualidade mantém uma relação muito importante com a hegemonia, sendo as reportagens de jornal muito usadas para representar os novos discursos. A representação dos discursos nas notícias geralmente efetivam o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma velada ou direta.

Para Fairclough, os modos como os discursos são representados podem ir além do ideacional. O autor propõe o termo ‘*representação de discurso*’ em lugar do termo tradicional ‘*discurso relatado*’ porque (1) ele capta melhor a idéia de que, quando se ‘relata’ o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro; e (2) o que está representado “*não é apenas a fala, mas também a escrita, e não somente seus aspectos gramaticais, mas também a organização discursiva, assim como vários outros aspectos do evento discursivo – várias circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas, etc*”.¹⁶ Nesse caso, a utilização de textos fornecidos pela polícia, colocava o *Jornal Pequeno* num lugar de intermediário direto dos interesses do governo, apesar das declarações de neutralidade.

É interessante lembrar que os jornais trazem as notícias sob um falso discurso de neutralidade pode ser pensado com o auxílio de Luiz Antônio Marcuschi. Para o autor, a forma de veicular notícias passa necessariamente pela escolha das formas enunciativas que, se analisadas com rigor, podem revelar que a afirmação de fidelidade das notícias pode ser desmascarada pela identificação de “*verbos introdutórios de opinião*”. Sobre isso, o autor lembra que a escolha e uso de certos verbos carregam em si um sentido discursivo.¹⁷ O *Jornal Pequeno*, ao relatar os fatos que envolviam as atividades clandestinas dos integralistas, não apenas fez uso de verbos que afirmavam as intenções perigosas e violentas dos integralistas como, freqüentemente, usou a própria linguagem policial para narrar os fatos.

Observe-se a seguir o uso de verbos que afirmavam a intenção assassina dos integralistas na edição do dia 19 de março de 1938, quando o *Jornal Pequeno* publicou detalhes dos planos “*macabros com provas de punhaes que **deveriam assassinar** indivíduos importantes da sociedade*”, publicando, durante vários dias, notas sobre o caso dos punhais, dando-se destaque ao fato dos mesmos terem os nomes da vítimas nos cabos:

Rio, 19. Um pormenor interessante da recente tentativa dos ‘camisas cor de capim’ é que nos punhaes apreendidos na residência do Sr. Plínio Salgado, a policia **verificou** que **tinham** sido gravados nos respectivos cabos daquellas armas o nome de algumas pessoas que **deveriam ser** massacradas.¹⁸

Os verbos, que Marcuschi destaca como verbos que antecipam o caráter da opinião relatada, eram muito usados pelo *Jornal Pequeno*, especialmente ao intermediar os discursos do regime acerca do perigo integralista assumia uma posição de *interpretação implícita*, ou seja, “*a que é feita pela seleção dos verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional*”.¹⁹

Outro dado relevante para se analisar as mudanças discursivas do *Jornal Pequeno* é o uso que o mesmo faz de fotografias ao lado das notícias. Se antes tínhamos fotos de integralistas com título de “ilustres cidadãos da sociedade pernambucana”, no novo contexto temos fotografias fornecidas pela polícia ou imagens de Getúlio como o mais fiel representante das idéias nacionalistas. Segundo alguns teóricos da análise do discurso jornalístico, trata-se de uma *intersemiose* em que a imagem e a linguagem acopladas dão força expressiva de grande poder de convencimento. É importante destacar o papel da fotografia na reprodução das imagens, pois, a fotografia é “*uma representação do real, um signo; portanto, pode representar o real simbólica, epistemológica e esteticamente. A essência da fotografia consiste, pois, em ratificar o que ela representa*”.²⁰

Para Tasso e Barbosa, os textos midiáticos fazem grande utilização de signos diversos, sendo a fotografia um código que também concorre para o efeito de sentido dos discursos provocando gestos de leituras diferenciadas. As fotografias, consideradas, ao mesmo tempo, produção técnica e artística, circunscrevem-se numa perspectiva que as compreende em relação aos seus aspectos discursivos e ao saber-fazer, uma vez que os efeitos de sentido desse texto são construídos com base em práticas e gestos de leitura diferentes.²¹

Após o ataque integralista ao Palácio do Catete em 11 de maio de 1938, na chamada *Intentona Integralista*, é possível encontrar notas neste jornal veiculadas, diariamente, com o auxílio de fotografias de integralistas e as armas usadas pelos mesmos. Temos, freqüentemente, a imagem do chefe dos integralistas ao lado das notícias, como “*Chefe da Intentona*” e não mais “*Chefe Nacional*” como vinha antes de 1937. Nesse novo contexto, observa-se, então, o uso de fotos e textos voltados para mostrar a capacidade violenta dos integralistas e, numa posição contrária, fotografias do governo e de representantes de sua polícia como os principais protetores da nação.

O caso dos punhaes, com os quais se dizia que os integralistas iriam assassinar os homens do governo, por exemplo, são propagados por textos e fotos por vários dias. Depois de se descrever por texto a forma dos punhaes e como seriam usados no dia 19, no dia 22 de março de 1938 a notícia dos punhaes reaparece na primeira página com o título destacado “*Punhaes para a chacina!*”. A edição trazia cópias de vários telegramas enviados do Rio de Janeiro sobre o tema e mais detalhes

do episódio, destacando a crueldade de que seriam capazes dentro de uma representação discursiva que procurava destacar uma característica cruel inerente aos integralistas, com o objetivo de apontar as “*idéias assassinas dos integralistas*”. A notícia tinha como suporte a fala dos investigadores e a prova material dos punhais:

Na noite de sabbado, quando, por determinação do Secretario da Segurança e de ordem do delegado, os investigadores Pinheiro, Vianna, Barbosa, Waldemar Magalhães e Generino, encarregados do fechamento do ‘*Diário do Nordeste*’, presidiam a uma rigorosa busca na redação daquelle jornal encontraram em uma mala pertencente ao continuo um dos punhaes de que nos dão noticiaes os telegrammas do Rio.²²

E, no dia 23 de março de 1938, os punhais são mostrados à sociedade numa foto da primeira página do *Jornal Pequeno*, sob a qual liam “*Os três mil punhais apprehendidos pela polícia do Rio*”: “*Permanece em cartaz a Intentona Integralista*”. **Jornal Pequeno** Recife, 23 de março de 1938. Segundo Néelson Garcia, a eficácia da propaganda depende do cuidado com que são elaboradas as mensagens e a forma como elas despertam a atenção.²³ A forma como o Jornal dá grande atenção às notícias dos ‘*punhaes*’, publicando, muitas vezes, mais de uma nota sobre as armas com que os integralistas pretendiam atacar, como seriam usados, em quem e para que, indicam uma clara intenção de chamar a atenção da sociedade para ‘*tal grave fato*’, usando as palavras da época. Está clara a interferência do controle da imprensa nas novas formas de noticiar os fatos que interessam ao governo, entretanto, para nós também está clara a nova posição do *Jornal Pequeno* em relação aos integralistas:

A arma apprehendida mede cerca de seis (6) pollegadas, tem a lamina fortemente aguçada, ponteaguda e afiadas de ambos os lados, parecendo de fabricação allemã, não sendo conhecida nos mercados do paiz. Na lamina, junto ao cabo está o sinete integralista – Sigma, com reprodução na bainha [...] continua buscas e prisões, sendo de se esperar que se esclareça como entraram no Estado os punhaes que os integralistas destinavam à chacina das autoridades...o individuo em cuja mala foi encontrada a arma referida acha-se foragido.²⁴

Ao mesmo tempo em que divulgava a ‘*crueldade assassina dos integralistas*’, o jornal informava a eficiência com que a polícia vinha agindo contra os conspiradores, que adquiriam armas com a Alemanha nazista, com a marca do símbolo integralista, como prova irrefutável de que eram eles. Descreviam-se os resultados das buscas e apreensões, as prisões e as ações da polícia depois de descobertas as provas dos planos de conspiração contra o governo. O *Jornal Pequeno* descreve todas essas atividades no dia 22 de março de 1938, destacando as atividades do “ilustre delegado da DOPS”: **O illustre dr. Edson Fernandes digno delegado** da Ordem Política e Social de Pernambuco, **distribuiu**, hontem, com a imprensa, o seguinte communicado: ‘A Delegacia de Ordem Política e Social **prosegue** nas diligencias afim de **apurar** a responsabilidade dos conspiradores integralistas e a extensão do movimento subversivo em Pernambuco.²⁵

Na seqüência dos destes fatos, temos a destruição da imagem nacionalista dos integralistas e a legitimidade da ação policial de Getúlio Vargas contra os integralistas, que se dá num contexto de consentimento social diante do efeito de sentido dos novos discursos antiintegralistas, agora propagados pelo *Jornal Pequeno* como tão perigoso quanto os comunistas e sua Intentona Comunista.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹ Depoimento de Alvaro Lins, estudante da Faculdade de Direito do Recife, membro da “*Ação Universitária Católica*” e, posteriormente, membro da *Ação Integralista Brasileira* de Pernambuco. **Jornal Pequeno**, Recife, 05.11.1932.
- ² “A *Ação Integralista Brasileira e o Tenente Severino Sombra. Nota Oficial*”. **Jornal Pequeno**. Recife, 22.03.1934.
- ³ “A *Ação Integralista Brasileira: O chefe da Ação Integralista Brasileira em Pernambuco assignou os seguintes actos.*” **Jornal Pequeno**. Recife, 25.04.1934.
- ⁴ “*Uma valiosa adesão ao Integralismo em Pernambuco*”. **Jornal Pequeno**. Recife, 02.04.1935.
- ⁵ “*Ação Integralista Brasileira*”. **Jornal Pequeno**. Recife, 06.04.1934.
- ⁶ GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 47.
- ⁷ Ibid.
- ⁸ Ibid., p. 50.
- ⁹ Ibid., p. 51.
- ¹⁰ GARCIA, Néelson Jahr. **Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. pp. 3-6.
- ¹¹ Ibid., pp. 7-9.
- ¹² FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, Unb, 2001. pp. 240-243.
- ¹³ CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 36.
- ¹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Masangana, 1984. pp. 51-52.
- ¹⁵ GOULART, Silvana. Op.cit. p. 49.
- ¹⁶ FAIRCLOUGH, Norman. Op. Cit. p. 153.
- ¹⁷ MARCUSCHI, Luiz Antônio. “*A ação dos verbos introdutores de opinião*”. In: **INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação**, 1991. p. 75-77.
- ¹⁸ “*O movimento integralista recentemente jugulado*”. **Jornal Pequeno**. Recife, 19 de março de 1938. (O grifo é nosso).
- ¹⁹ MARCUSCHI, Luiz Antônio. Op.cit. p. 78.
- ²⁰ TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza; BARBOSA, Pedro Luis Navarro. “*Do foco ao enfoque: imagem e memória construindo sentidos na mídia*”. In: GREGOLIN, Maria do Rosário et al (orgs.). **Análise do discurso: entornos do sentido**. Araraquara: Unesp, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 166.
- ²¹ Ibid. p. 165.
- ²² TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza; BARBOSA, Pedro Luis Navarro, pp.163-165.
- ²³ “*A Linguagem das mensagens*”. GARCIA, Néelson Jahr. Op. Cit. p. 10.
- ²⁴ “*Punhaes para a chacina!*”. **Jornal Pequeno**. Recife, 22 de março de 1938.
- ²⁵ “*E’cos do movimento integralista recentemente abortado*”. **Jornal Pequeno**. Recife, 22 de março de 1938. (O grifo é nosso).